

MST, IMPRENSA E GOVERNO LULA: ALIANÇAS E/OU ENFRENTAMENTOS?

SÔNIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA*

O jornalismo, que desde manhã nos acompanha diz à sua maneira o que aconteceu, o que deixou de acontecer. Poucas vezes nos damos conta que a leitura do jornal é a leitura de uma leitura. A realidade, os acontecimentos nos são apresentados previamente selecionados, lidos, interpretados. Algo é retirado de um determinado contexto, moldado e transferido para um outro, no qual ganha novos sentidos e relevâncias que lhe são imputados de uma tela imperceptível de

interesses. Mesmo que se trate de uma reprodução do real, trata-se sempre de uma reprodução, uma vez que o fato transmitido pelo texto ou pela imagem foi retirado do ambiente original e inserido num novo espaço. Apaga-se o caráter mediado: afinal, entre o fato e versão que dele é publicada há a mediação de um jornalista que carrega consigo opiniões, pontos de vista, interesses, relações de interesses, enfim.

Levando em conta esse caráter mediado buscamos neste texto apresentar alguns questionamentos sobre o papel da imprensa hoje, num momento em que as expectativas em

* Mestranda em Geografia na FCT/UNESP/Presidente Prudente. Membro do CEGeT.

torno do governo Lula abrem perspectivas para se pensar qual papel que o jornalismo assumiria frente ao Governo e movimentos sociais, especialmente o MST.

A eficácia da imprensa: meio de informação ou de controle?

Alguns analistas da imprensa afirmam que os grandes grupos de comunicação do Brasil trataram o governo de Luiz Inácio Lula da Silva com benevolência nos seus primeiros 100 dias de mandato. O jornalista Alberto Dines, editor-chefe do programa Observatório da Imprensa, organização especializada em crítica de mídia, em entrevista ao jornal Brasil de Fato, observa que “o comportamento da imprensa está favorável, sem cobranças extremadas. De modo geral, os jornais não estão pegando no pé do Lula”. (MAGALHÃES, Nacional, 13 a 19 de abril de 2003, p. 06).

Diante desta afirmativa, a questão que fazemos é: o que ajuda o bom-mocismo de uma imprensa que até há pouco rejeitava a liderança de Lula e tinha verdadeira ojeriza ao PT? Uma das respostas talvez possa ser a crise aguda por que passa praticamente todo o setor de comunicação no Brasil, o que pode estar contribuindo para amenizar o tom dos que gostariam de criticar com mais ênfase o atual governo, mas que dependem de sua boa vontade para encontrar soluções aos seus problemas financeiros.

Há, no entanto, uma voz dissonante desse quadro. É a voz do jornal *Folha de São Paulo*, que embora não esteja bem financeiramente, nem por isso está dócil. Este jornal vem adotando um tratamento ostensivamente antipático ao governo, como se fizesse da crítica uma receita editorial.

O jornal *Folha de São Paulo* tem apresentado matérias sobre o MST desde o processo de eleições, no ano passado, até hoje. Em momentos que antecederam a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, era comum ler nos noticiários a história do PT e sua participação em defesa das reivindicações do MST e da luta pela reforma agrária. Houve momentos também em que o jornal noticiou o receio que o PT teve em ver sua sigla associada ao movimento e comentava sobre o “prejuízo com a associação de imagens dos sem-terra”, e nesse sentido “praticamente divorcia-se do MST”. O jornal chegou a noticiar que a direção do partido negava qualquer ligação com as ações do Movimento, no campo e acrescentava: “Na campanha o MST apóia Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e, para evitar eventuais desgastes ao então candidato, suspende invasões em todo o país. (MASCHIO, FSP 17/11/2002).

A Folha de São Paulo vem adotando um tratamento ostensivamente antipático ao governo, como se fizesse da crítica uma receita editorial

Nessa direção, o discurso jornalístico, fazendo crer que apresenta os fatos como são, atua à semelhança de um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária. Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer a mediação entre o saber científico e os alunos de tal modo que estes se vejam diante da verdade – a verdade está com o professor – no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome dos fatos que falam por si.

Esse didatismo presente no jornal apareceu em diversos momentos que sucederam as eleições, mas se mostrou mais intenso após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. No mês de novembro de 2002, por exemplo, foram publicadas reportagens descrevendo minuciosamente a estrutura organizativa do MST, sua hierarquia, lideranças e suas ações desde sua criação em 1979,

terminando a reportagem com a ocupação da fazenda dos filhos do presidente FHC, em Buritis, MG, realizada em março de 2002. A cada vez que o MST era notícia nesse período, era comentado, analisado e, na maioria das vezes enquadrado, juntamente com o PT, na trama de “demonização” em que a imprensa estaria empenhada. Essa forma de atuar produz uma didatização sobre os novos tempos e alertam contra o perigo representado pelo Movimento e sua proximidade com o PT, portanto o governo Lula.

Nas duas reportagens a discussão política é minimizada. Seja enfatizando o aspecto perigoso da ligação MST/PT, seja priorizando negativamente as diferenças assumidas por ambos, o jornal reforça aspectos considerados negativos nos dois e os sentidos vão se somando e filiando, num processo quase imperceptível de cristalização. A objetividade dos fatos resulta decisivamente de um imaginário já constituído. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos o jornal já está exercendo uma determinação dos sentidos. Daí, a constante vinculação do MST/PT feita pelo jornal, isto é, a busca em evidenciar uma memória já instituída: o perigo vermelho, o comunismo, o PT extremista, a um medo difuso de que ele (PT/Governo) se torne radical e, nesse sentido, buscando orientar o governo na tomada de decisões, ou seja, tomar medidas duras contra as ações do MST, como podemos perceber a partir do seguinte fragmento: “Será lamentável se o governo vier a propor mudanças na medida provisória baixada em maio de 2000 para coibir as invasões promovidas pelo Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”. (Editorial, FSP, 19/03/2003).

É interessante notar que durante e após o pleito eleitoral, o MST passou a ser agenda do jornal e a ter seu comportamento e o do governo monitorados. O que explica o fato do Movimento ser notícia? Ou ainda: Que relação existe entre as notícias anteriores às eleições e hoje, quando o MST passa a realizar ocupações na tentativa de por em pauta a reforma agrária?

A produção de sentidos depreendidos das notícias desses fatos se realiza, segundo nos parece, a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas, dos leitores e da linha política dominante no jornal. A ordem do discurso jornalístico, com seu sistema de exclusões e limites, marcada por um tipo de relação com a verdade e com a informação (ou melhor, com a verdade da informação), está relacionada por um lado com a ilusão referencial da linguagem e, por outro, com seu próprio processo histórico de

A produção de sentidos depreendidos das notícias desses fatos se realiza, segundo nos parece, a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas

constituição. Isto quer dizer que no discurso jornalístico, como tal, já se tem uma memória da própria instituição da imprensa agindo na produção das notícias. Memória que atua como um filtro na significação das notícias e,

conseqüente-mente, no modo como o mundo é significado. Nesse sentido, o comportamento do jornal Folha de São Paulo e seu posicionamento/monitoramento do MST e do Governo podem ser explicados.

No caso do MST, defendemos o ponto de vista de que o Movimento desde sua criação

é falado por uma memória jornalística¹. E é isto que permite produzir uma certa direção de sentidos para o MST. Dizendo de outra forma, do nosso ponto de vista, o modo como o discurso jornalístico significa o MST. Ou seja, o modo como o discurso jornalístico significa o MST, a natureza das relações simbólicas que estão associadas e são evocadas para o Movimento, tem a ver com uma memória já existente sobre a luta pela terra². E é assim que, no modo como o MST é falado pelo discurso jornalístico, já se encontra uma interpretação específica – enquanto direção para o sentido que se produz – cuja determinação é dada ideologicamente. Isso vale também para o PT e, portanto, para o atual governo?

Se retomamos as reportagens citadas percebemos que o PT, portanto, o atual governo, tem uma memória ou uma filiação de sentidos feitos pelo jornalismo. Não foi por acaso que, como dissemos anteriormente, o PT foi associado ao MST de forma recorrente pelos jornais. Assim como também não foi por acaso as tentativas de manter essa vinculação, mas de forma a evidenciar uma relação conflituosa entre o Movimento e o governo ou ainda, de questionar a forma como, por exemplo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário vem atuando nas ocupações deflagradas pelo Movimento a partir desse ano.

Há uma clara cobrança do jornal para que o governo se posicione desfavoravelmente ao Movimento, basta acompanharmos os episódios

*o PT foi
associado ao
MST de
forma
recorrente
pelos jornais*

sobre a ocupação dos cargos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Em um texto publicado no espaço opinativo da Folha de S. Paulo, intitulado **O risco da violência rural**, o jornalista Valdo Cruz escreve:

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva começa a enfrentar, de fato, as primeiras reações contrárias. Tal como previsto, elas vêm dos aliados, daqueles que estiveram com ele até a chegada ao poder. Depois das críticas da ala radical do PT... o governo Lula agora está diante de uma situação bem mais delicada e perigosa: as ações dos sem-terra, invadindo prédios públicos e promovendo depredações. Agir de forma complacente com os aliados não parece o caminho recomendável. (...) Pior. Levará a uma rearticulação dos ruralistas (sic)... que poderá desencadear uma indesejável onda de violência no campo. (...) Talvez a sorte de Lula tenha sido exatamente a precipitação das lideranças dos sem-terra. Lentamente, entidades como o MST, a Contag e a Pastoral da Terra estavam tomando conta da reforma agrária. (CRUZ, Opinião, FSP, 08/03/2003).

Mais adiante o jornalista questiona o fato de cargos no Incra terem sido ocupados por pessoas ligadas e/ou simpatizantes ao Movimento. Segundo ele há um loteamento das superintendências do órgão, o que poderá ocasionar problemas ao governo e justificará o aumento da violência no campo.

Agora, Lula tem o pretexto para conter o aparelhamento do Incra, agir de forma dura, porém democrática, com os sem-terra e fazer andar sua prometida reforma agrária. Não será nada fácil. A forma como foi operada a troca de comando no Incra paralisou o órgão e colocou sob suspeita o seu papel de arbitragem na reforma agrária. Afinal, como reagirá um fazendeiro a um laudo que declara a sua terra

¹ É de Orlandi (1994) que tomamos emprestada esta construção “ser falado (escrito) por uma memória outra”.

² Com isso queremos dizer que a luta pela terra não é recente, basta evocarmos a memória de Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, entre outros movimentos.

improdutiva e foi elaborado por um Incra chefiado pelo MST? (Idem)

Ninguém precisa ter freqüentado aulas numa faculdade de comunicação social para intuir que ao jornalismo cabe perseguir a verdade dos fatos para bem informar o público, que o jornalismo cumpre uma função social – ou pelo menos deveria – antes de ser um negócio, que a objetividade e o equilíbrio são valores que deveriam alicerçar uma boa reportagem. Por que será que o jornalista não associa a violência do campo a um padrão de miséria e exclusão que assola o campo brasileiro? Por que não questiona o fato de se ter produtores rurais, industriais, banqueiros em outros ministérios do governo Lula? E, no entanto, esses são episódios que ilustram o comportamento do jornalismo, o seu real compromisso.

Ora, quando acompanhamos nesse mesmo jornal uma entrevista com o jornalista Bernardo Ajezenberg, *ombudsman*³ da Folha de S Paulo, em que defende a independência e isenção do jornal em relação ao governo Lula, é no mínimo estranho o comportamento que o jornal vem assumindo. Se se tem claro o papel de isenção, de imparcialidade não deveria haver a necessidade de se criar um profissional para vigiar sua atuação, afirmando que os grandes desafios da Folha, neste ano, passaria por não se posicionar nem contra nem a favor do governo: “Mais do que nunca, o jornal deve buscar a independência, apoiando o que julga correto e questionando, com dados concretos e análises qualificadas, o que acha errado” (AJEZENBERG, FSP, 09/03/2003). Entretanto, não é o que percebe quem acompanha diariamente o jornal.

Qual, portanto o seu compromisso e, sobretudo, com quem? Se pensarmos que a classe média é a principal responsável pelo

consumo de jornais e revistas em um país em que se lê desesperadamente pouco, é inegável o papel desempenhado pelos meios de comunicação na batalha para ganhar mentes dos segmentos sociais que, no Brasil ao menos, formam o que se chama de opinião pública.

Essa batalha pelas mentes, todavia, é temperada por um mito – o mito da objetividade, que grande parte da imprensa brasileira importou dos padrões norte-americanos (ROSSI, 2000). A imprensa de acordo com o mito da objetividade, como pudemos depreender da entrevista do ombudsman, deveria colocar-se numa posição neutra e publicar tudo o que ocorresse, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões.

Nessa mesma direção podemos questionar, ainda, o jornal pelo direcionamento que deu sobre a disposição do governo em revogar a Medida Provisória, editada no governo anterior, FHC, que proíbe o Incra de vistoriar, por dois anos, área ocupada pelo MST. Segundo editorial do jornal, declarações feitas pelo governo sobre a MP 2027 e sua possível revogação “tiveram por conseqüência o estímulo ao incremento da tensão no campo [...] parece óbvio que nada é mais prejudicial à evolução segura e viável da reorganização do campo do que a desordem criada por ações agressivas dos sem-terra e de alguns fazendeiros”. (Editorial, FSP, 19/03/2003).

O que o jornal não informa é que essa medida foi uma das responsáveis pelo processo de criminalização do Movimento, através da perseguição aos seus líderes em todo o país. E também é uma das responsáveis pela prisão de muitos trabalhadores rurais sem terra. Com essa medida líderes do MST foram presos e/ou criminalizados. A questão social retrocedeu ao único lugar que já ocupou: questão de polícia. O jornal deixou de considerar que a

³ Esse cargo foi criado no jornal para garantir a objetividade e imparcialidade ao noticiar os fatos. Daí a entrevista deste que ocupa o cargo desde março de 2001.

Constituição estabelece que toda terra que não cumpre sua função social deve ser desapropriada.

Se retomamos a entrevista do ombudsman, veremos que os problemas por que passam as empresas de comunicação vão além da independência e objetividade ao noticiar os fatos. Esses problemas conforme expressa BUCCI (2000:32), “são construídos no interior das empresas de comunicação por forças e interesses que ultrapassam o domínio de uma redação e nada tem a ver com os interesses legítimos de seus telespectadores, leitores, ouvintes”. Além disso, conforme o autor, “ajuda a esconder o fato de que o ambiente de absoluta ausência de parâmetros éticos que orientam as empresas de comunicação é uma situação social” (Idem, p. 32).

As empresas de comunicação não pairam soltas no espaço, mas têm seu lugar legitimado na sociedade – e essa sociedade é marcada (definida) pelas relações de poder e de dominação – o que nos interessa saber é de que lado tem permanecido a imprensa: se fica do lado do direito à informação ou do lado das conveniências comerciais e políticas.

Algumas Considerações

O delineamento do novo cenário político entre a imprensa, o governo e o MST, possibilita-nos formular alguns questionamentos: o MST é um movimento social que atua sobre um problema secular no Brasil, advindo de necessidades e direitos sociais básicos, que são o direito à comida, ao abrigo e ao trabalho. Nesse sentido sua atuação incide diretamente sobre um dos pilares da sociedade capitalista que é a questão da

propriedade. Por outro lado revela as desigualdades sociais e o conflito existente entre as classes sociais, dominantes e dominadas do país.

O atual governo, por sua vez, sempre levou como bandeira a luta pela transformação da sociedade, a luta pela equidade e justiça social. Nesse sentido, seu laço histórico com o MST frente a luta pelo acesso à terra e pela reforma agrária é inegável. O grande desafio posto, então, ao governo é como atender às demandas postas pelo Movimento tendo coerência com sua história de luta, sem desagradar aos grandes latifundiários organizados no Congresso e, portanto com poder para inviabilizar as propostas que possam atender às reivindicações do MST.

A imprensa por sua vez, mais especificamente o jornal Folha de São Paulo, tem deixado claro sua posição, como procuramos mostrar até aqui. No entanto, não podemos deixar de considerar que é uma empresa e como tal com problemas financeiros, como também já salientamos. A quem se manterá fiel? Já que hoje ao invés de vigiar o poder para o bem da cidadania, os meios de comunicação e seus sistemas, que englobam o jornalismo, põem-se a vigiar a cidadania para que não aborreçam o poder.

Nesse sentido, o imbróglio está posto, já que se trata de uma relação de disputa e de poder. Os espaços de comunicação são estratégicos tanto para o Movimento, para publicizar suas demandas e buscar algum espaço contra-hegemônico, quanto para seus opositores, que buscam desqualificá-lo e retratá-lo como fonte e origem da violência no campo. Por outro lado, o governo busca uma solução que não incorra em rupturas com um movimento social como o MST o que,

As empresas de comunicação não pairam soltas no espaço, mas têm seu lugar legitimado na sociedade

seguramente causaria mais instabilidade em sua gestão, e o obrigaria a assumir o mesmo perfil de governos passados ao tratarem a questão da luta pela terra como caso de polícia e não como uma questão social.

O embate do governo com o MST, a busca constante de desqualificação por parte da imprensa, podem levar o debate das questões e problemas nacionais a desaparecerem e dar lugar a enunciações e prognósticos elaborados por marqueteiros, que passam a formatar opiniões e dar referências para as ações tanto do MST quanto do governo. Se num primeiro momento a relação MST-imprensa é estratégica, por outro a exposição excessiva tem seus efeitos negativos, pois o Movimento passa a ser usado como elemento de geração da insegurança junto à opinião pública em um momento em que o novo governo tem renovado esforços para atender as suas “exigências” como afirmou o Editorial da Folha de S. Paulo:

O MST obteve influência inédita na atual administração. Parte dos superintendentes do Incra é ligada aos sem-terra. Essa boa vontade, porém, não levou o Movimento a moderar suas táticas. Para que haja paz na reforma agrária, as autoridades do setor devem assumir as obrigações e o ônus de ser governo “(Editorial, FSP, 19/03/2003).

Buscamos demonstrar, nesse texto a partir de alguns fragmentos de reportagens que o princípio de objetividade/imparcialidade do jornal deve ser sempre questionado. Tratamos de evidenciar que a subjetividade está presente

no processo de apreensão dos fatos e é indicativo de que o jornalismo não é o *discurso da realidade* (como diz ser), mas *um discurso sobre a realidade*. E que exatamente por apresentar-se como aquilo que não é, o jornalismo consegue legitimar-se e assegurar seu lugar de autoridade, como mediador “neutro” e garantir foros de “verdade” aos fatos que divulga – e que supostamente “falam por si” - suprimindo as mediações discursivas (portanto, ideológicas) que dão a esses fatos o status de notícia.

Referências Bibliográficas

- AJZENBERG, Bernardo. *Brasil*, Folha de São Paulo, 9 de mar. de 2003, p. A 6.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CRUZ Valdo. O risco da violência rural. *Opinião*. Folha de São Paulo, 8 de mar. de 2003, p. A 2.
- EDITORIAL. Folha de São Paulo, 19 de mar. De 2003, p. A 2.
- MAGALHÃES, Luiz Antônio. Imprensa evita ataques frontais ao presidente. *Nacional*. Brasil de Fato, de 13 a 19 de abr. de 2003, p. 6.
- MASCHIO, José. Julgamento de Rainha pode rachar o MST. *Brasil*, Folha de São Paulo, 17 de nov. de 2002, p. A 10.
- ORLANDI, Eni Pulcineli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000. – (Coleção Primeiros Passos, 15).

OUTRAS
PEGADAS

Pegada Eletrônica

v. 2, n. 1 outubro-2001

Apresentação

Desenho Societal dos Sem-Terra no Brasil (uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho)

Antonio Thomaz Junior

O Engendramento da Crise do Capital nas Redefinições do Mundo do Trabalho e na Reconfiguração Territorial

Marcelo Dornelis Carvalhal

A Luta pela Moradia e o Mundo do Trabalho: unificando o "caracol e sua concha"

Fernanda Keiko Ikuta

A "Questão de Desenvolvimento" nas Reformulações da Política Agrária Brasileira: reflexões iniciais

Jorge Montenegro Gómez

A Questão do Gênero na Encruzilhada Sindical

Terezinha Brumatti Carvalhal

O Discurso Jornalístico: as marcas da representação de classe

Sônia Maria Ribeiro de Souza

Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho

Marcelino Andrade Gonçalves

Processo de Luta Pela Terra e seus Desdobramentos no Município de Teodoro Sampaio

Renata Cristiane Valenciano

As Metamorfoses do Mundo do Trabalho na Agroindústria Canavieira Paulista (algumas reflexões)

Ana Maria Soares de Oliveira

O Movimento Social de Luta pela Terra e Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema

Edvaldo Carlos de Lima

O Trabalho Pluriativo em Presidente Prudente

Sandro Mauro Guirro

Trabalho e Natureza: um discurso a favor da alienação

Fábio Henrique de Campos

A Atividade Canavieira na Brasil: reflexão iniciais

José Roberto Azevedo

Gênero e Jornada de Trabalho em Assentamentos Rurais

Elizabete Josefa de Melo